



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009242-87.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gestante / Adotante / Paternidade**
 Requerente: **Raquel do Carmo Scarnavacca**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

A parte autora foi contratada sob a égide da Lei Complementar nº 1.093/09, que, em seu art. 10, estabelece, em relação aos docentes admitidos de acordo com o sistema ali instituído, a aplicação subsidiária da Lei Complementar nº 444/85.

Já a Lei Complementar nº 444/1985, dispondo sobre o magistério paulista, no art. 96 determina a aplicação subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Este, por fim, em seu art. 198, com a redação dada pela Lei Complementar nº 1.054/08, assegura a licença em discussão nos autos pelo tempo de 180 dias.

Tem-se portanto que o encadeamento das remissões normativas garante à parte autora o mesmo direito que os servidores públicos concursados.

Não se nega que o raciocínio não deve ser simplista, pois a distinção de regimes jurídicos subsiste e as remissões legais acima transcritas devem ser adaptadas à consideração relevante de que a contratação da parte autora é de natureza temporária.

Todavia, quanto ao direito que aqui nos toca, de licença gestante, mesmo reconhecendo-se a distinção de regimes jurídicos pela forma de admissão, não existe qualquer

1009242-87.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

diferencial relevante para tratar de modo discriminatório a parte autora.

É esse o entendimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Professora admitida pela Lei Complementar nº 1.093/2009. Prorrogação do período da licença maternidade para 180 dias, nos termos da Lei Complementar nº 1.054/08. Admissibilidade. Aplicabilidade dos arts. 7º, XVII e 39, § 2º e 3º da Constituição Federal e do art. 198 da Lei 10.261/68. Precedentes. Sentença mantida. Reexame necessário e recurso voluntário improvidos. (Ap. 1007840-95.2016.8.26.0127, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 02/05/2017)

No mesmo sentido: Ap. 1002895-74.2016.8.26.0609, Rel. Décio Notarangeli, 9ª Câmara de Direito Público, j. 19/04/2017; Ap. 0000340-42.2015.8.26.0543, Rel. Oscild de Lima Júnior, 11ª Câmara de Direito Público, j. 18/04/2017; Ap. 1012039-41.2015.8.26.0566, Rel. Kleber Leyser de Aquino, 3ª Câmara de Direito Público, j. 07/03/2017; Ap. 0006117-47.2015.8.26.0045, Rel. Marrey Uint, 3ª Câmara de Direito Público, j. 07/02/2017.

Ante o exposto, julgo procedente a ação para condenar o réu na obrigação de fazer de ampliar a licença gestante concedida à autora de 120 para 180 dias, tornando definitiva, portanto, a liminar concedida às fls. 17/19.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 19 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**